

10 MAY 1993



JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA

15 ANOS DE LUTA

ANO XII

Nº 29

Fevereiro de 1993

Órgão Informativo do SERPAJ/Brasil



15 ANOS

de luta não-violenta.

PLEBISCITO

QUAL SUA ESCOLHA:

Monarquia?

República?

Presidencialismo?

Parlamentarismo?

Em 21 de abril estaremos escolhendo e decidindo sobre o sistema e a forma de governo que queremos para o Brasil.

O plebiscito é um instrumento de participação popular e, por isto, deverá ser usado com consciência.

Página 02

DIREITOS HUMANOS

Reunidos em San José, na Costa Rica, durante o mês de janeiro, representantes de ONGs e Movimentos Populares da América Latina e Caribe prepararam e discutiram sua participação na Conferência Mundial de Direitos Humanos, que acontecerá em junho de 1993, em Viena, Áustria.

Página 06

EDITORIAL

No dia 21 de abril de 1978, nasceu mais uma organização popular no Brasil. Em meio a uma conjuntura extremamente complicada, dirigido ainda pelos militares, onde a violação dos direitos humanos estava no auge, muitas pessoas assumiram o compromisso de criar espaços de atuação para os defensores dos direitos humanos.

A fundação do Serpaj, num período em que as organizações populares estavam impedidas de se manifestarem, foi um desafio colocado aos que queriam espaços democráticos de atuação política. O desafio foi aceito e mais um grupo de pessoas engrossou a fila dos que lutavam contra a ditadura militar. Uma luta constante contra toda a repressão, objetivando o reestabelecimento do direito de ser cidadão livre.

Nesta época, a proposta da entidade estava baseada na prática e na vivência dos princípios e estratégias da não-violência.

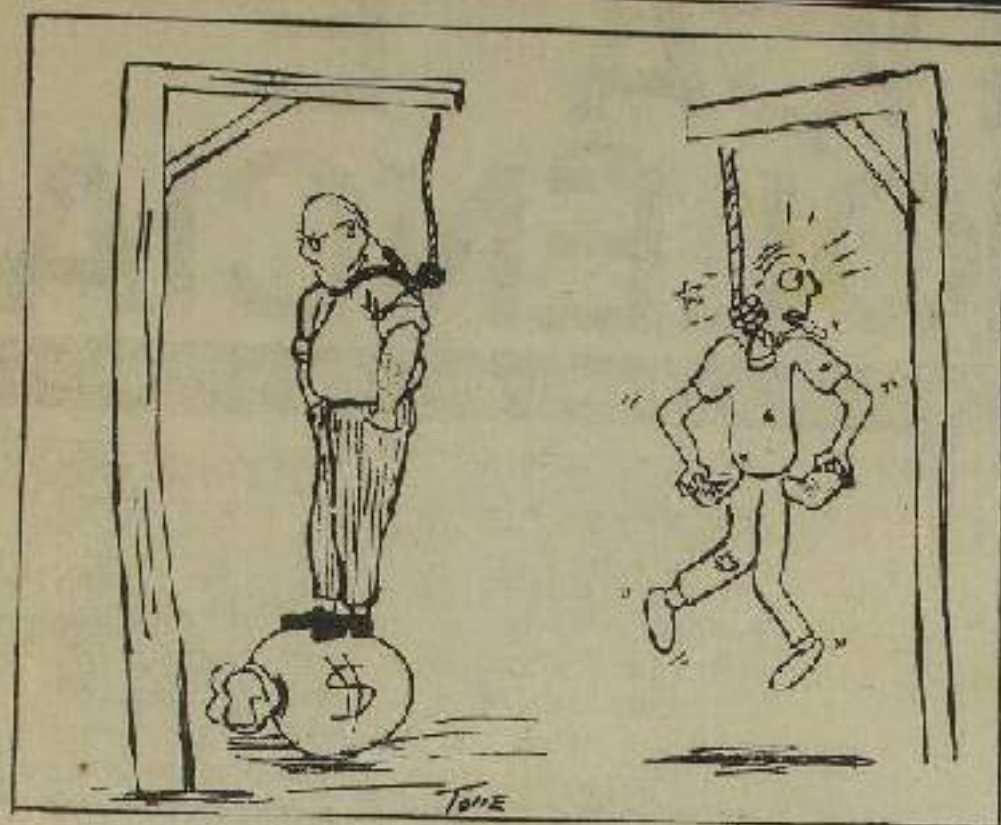
Em 1993, o Serpaj completa 15 anos. Para nós, militantes não-violentos, é um motivo de comemoração pela longa caminhada realizada e pelo fato de termos mantido viva a chama da não-violência. Mais do que nunca nossa proposta está de pé, mais amadurecida, mais clara e mais profunda.

Igualmente, a comemoração destes 15 anos de luta significa reafirmar o compromisso de prosseguir a caminhada rumo à uma nova sociedade. Nos parece que agora, após 15 anos de experiências, a luta torna-se mais necessária, pela importância que obtive durante estes anos.

Neste número e nos próximos, queremos compartilhar nossa história, nossa caminhada e nossa proposta para a luta pela transformação do homem, da mulher e da sociedade.

PENA DE MORTE

Pg.02



MARIA FOI MORTA POR JOÃO
QUE FOI MORTO POR ZÉ
QUE FOI MORTO PELO ESTADO
QUE JÁ MATA HÁ 500 ANOS
E NÃO VAI SER MORTO POR NINGUÉM.

PENA DE MORTE

COMBATER VIOLENCIA COM MAIS VIOLENCIA?

Aproveitando-se da crise social por que passa o país, alguns deputados querem realizar um plebiscito sobre a Pena de Morte. Esta lei é apresentada como a solução para o crescente índice de assassinatos e sequestros. A violência existente no país atinge a todas as pessoas, direta ou indiretamente, tomando a opinião pública favorável à aplicação desta punição.

A apresentação desta proposta é feita de maneira superficial, sem qualquer questionamento sobre sua eficácia em resolver o problema a que se propõe superar. É nisto a televisão tem um papel importante quando contribui para a criação da opinião favorável a esta lei.

O problema da violência tem que ser tratado como consequência de um número absurdo de injustiças cometidas contra a população brasileira. O plebiscito deve, isto sim, perguntar ao povo o que pensa sobre a Impunidade, a Corrupção, o Desemprego, a Fome, o Assassinato de Menores de rua, o Desvio de Verbas Públicas, o Absurdo das Aposentadorias, ...

Matar um, dois ou três criminosos será que elimina verdadeiramente as injustiças sociais? É o melhor método de transformar esta sociedade violenta numa sociedade melhor ou permanecerá tudo igual? Por

acaso, a polícia e os esquadrões da morte não aplicam a Pena de Morte quando, por exemplo, em menos de uma hora matam 111 pessoas na Casa de Detenção de São Paulo? Que punição tiveram estes criminosos? Ou a Pena de Morte vale somente para os ladrões de galinha ou de comida para comer?

Acredito que a discussão deverá passar pelo fim da impunidade ao corruptos, fazendo justiça e exigindo que devolvam à sociedade todo o dinheiro que levaram durante muitos anos.

Cabe ainda perguntar se um ato de violência deve ser combatido com outro ato violento. Combatendo violência com mais violência nos tornamos iguais a quem a aplicou primeiro. Seremos cruéis e selvagens, superando nossa capacidade racional de resolver conflitos sociais humanamente. Devemos evoluir e não retroceder a uma era em que a regra era olho por olho.

Acredito na capacidade do ser humano em apresentar alternativas de recuperação dos criminosos e na superação dos problemas sociais e políticos. Ainda vale a velha bandeira. Sem casa, sem comida, sem emprego, sem direito à saúde; aumentará a violência. E com certeza não será a pena de morte que resolverá este problema.

Norberto Chaudin

PLEBISCITO

O QUE É PLEBISCITO?

A palavra plebiscito é originária da palavra plebe. Plebe significa povo. Era uma palavra utilizada antigamente pelos romanos para identificar as pessoas que não pertenciam ao grupo dos grandes imperadores romanos e do seu Reis. Nesta época, os reis convocavam o povo, a Plebe, para votar sobre questões importantes. Para este tipo de participação se deu o nome de Plebiscito.

No Brasil, estamos realizando um Plebiscito no dia 21 de abril deste ano. Cada cidadão terá que votar em favor de um ou outro tipo de governo. A votação dará oportunidade de escolher se queremos a Monarquia ou a República, e também se queremos o Presidencialismo ou o Parlamentarismo.

De certa forma, é uma oportunidade de contribuir com o destino do País. Não estaremos elegendo políticos, mas sim, votando em favor de uma mudança na organização política nacional ou na continuação do sistema que já dura aproximadamente 104 anos.

O QUE É PARLAMENTARISMO?

Parlamentarismo é o regime ou o sistema onde o poder executivo, o poder de chefe de governo, é exercido pelo primeiro-ministro. O primeiro-ministro é escolhido por um colégio eleitoral, isto é, pelo parlamento, composto pelos deputados federais. Fazem nesta escolha o partido que tiver maioria no Parlamento.

No Parlamentarismo, o povo elege o Presidente pelo voto direto. Contudo, este Presidente não tem poder de executar as leis ou qualquer outro programa de governo. Assume apenas funções como relações públicas do governo. Cabe ao primeiro-ministro a escolha dos ministros e a execução dos programas de governo.

Os argumentos em favor do parlamentarismo são de que é mais democrático porque permite mudar e negociar o nome do primeiro-ministro entre deputados e partidos que tenham maior representatividade. Além disto, o primeiro-ministro é representante de uma maioria parlamentar e pode governar com mais liberdade. Inclusive, poderá ser trocado

quando não cumprir com os programas estabelecidos pelos partidos no Congresso.

As críticas ao Parlamentarismo são: a eleição é indireta e tira do povo o poder de escolha do Chefe de Governo; o Parlamento é sempre mais conservador do que os Presidentes; acaba com os pequenos partidos; privilegia interesses regionais e particulares; o primeiro-ministro só é substituído quando interessar aos grandes partidos.

O QUE É PRESIDENCIALISMO?

Presidencialismo é o atual sistema de governo do Brasil. O poder executivo é exercido pelo Presidente da República, eleito pelo voto direto, com participação do povo.

O Presidencialismo possibilita a mobilização popular através de eleições. Possibilita também campanhas por diretas para presidente quando for necessário, como a realizada no governo militar. Numa eleição direta a população discute os rumos do país e as prioridades de governo.

A proposta de mudança do Presidencialismo para o Parlamentarismo é criticada como um golpe da burguesia contra a possibilidade de eleição de um representante da classe trabalhadora e popular do País. O Presidencialismo permite a eleição de qualquer cidadão brasileiro, que exerça sua função de chefe do governo por tempo determinado, aumentando a experiência democrática.

No Presidencialismo, também, há autonomia entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. O Presidente poderá escolher seu ministério de acordo com seu programa apresentado na campanha eleitoral.

No caso de incapacidade de governar, o povo poderá exigir a saída do Presidente, abrindo espaço para uma nova forma de mobilização popular.

As críticas ao presidencialismo são: é considerado autoritário; centraliza o executivo numa só pessoa e isola o legislativo e a sociedade; incute na população a idéia messiânica do "Salvador da Pátria"; não há solução para crises políticas, possibilitando golpes de Estado; centraliza decisões e marginaliza os partidos do Congresso Nacional.

1978-1993

15 ANOS PROMOVEDO A SOLIDARIEDADE, OS DIREITOS HUMANOS, O ECUMENISMO,
A EDUCAÇÃO LIBERTADORA, A JUSTIÇA, A PAZ, O DESARMAMENTO...,
ATRAVÉS DA NÃO-VIOLENÇA.

Organização
Luta



Assimbleia de fundação do SERPAJ - 21/04/78

O Brasil viveu, no período de 1960 em diante, fatos políticos dramáticos que marcaram profundamente sua história. Entre eles destacam-se: a renúncia de Jango e o fim de sua iniciativa política, com liberdade à atuação popular; os processos de mudanças progressistas; a conspiração civil com apoio militar, resultando num golpe de Estado contra-revolucionário e que destituiu o governo legal e instaurou um regime militar autoritário; e longos anos de repressão aos direitos humanos.

"... Através de conspirações e composições sucessivas o poder civil se debilitou, as instituições políticas se desgastaram completamente e os militares assumiram o controle do poder, em nome da "consolidação do regime" e da "defesa da Democracia" (Florestan Fernandes, Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento, 1981).

Com a chegada dos militares ao poder os grupos de industriais e os banqueiros se fortaleceram progressivamente. Somando-se a isto, havia a ligação destes grupos com as multinacionais. A economia estabelecida neste período, marcada pela abertura das portas brasileiras às multinacionais, trouxe lucros absurdos aos grupos nacionais e estrangeiros.

A política era baseada em medidas autoritárias e punitivas. A ditadura instalada no período pós-64 proibiu qualquer organização popular e política de esquerda. Os Ato Institucional implantados à força permitiram a cassação de parlamentares, mandatos e direitos políticos. E o fim das eleições diretas e da atuação livre do Congresso Nacional.

Resumidamente, este período destacou-se pela perseguição política e pelo fim de qualquer ação democrática da sociedade brasileira. Inúmeras lideranças foram torturadas até a morte, perseguidas ou expulsas do país. É somente no final da década de 70 que os trabalhadores voltam à atuação. Em meio a tanta repressão surgem grupos em defesa dos Direitos Humanos, movimentos populares no campo e na cidade, centrais sindicais e os partidos de esquerda saem da clandestinidade.

O movimento pelas Diretas Já levou a população brasileira para às ruas, na luta pela democracia. O Fora Collor foi outra vitória que marcou o início de um novo processo político do Brasil.

Os últimos 30 anos da América Latina foram os mais tenebrosos deste século. Praticamente todos os países passaram pelas mãos autoritárias dos militares. Em consequência deste longo período de ditaduras, tivemos um número elevado de torturas e desaparecidos políticos e, principalmente, a repressão à participação e mobilização populares.

Em resistência aos governos autoritários, centenas de entidades e os movimentos populares e dos trabalhadores organizaram-se e foram à luta. É o caso das organizações que lutam pelos Direitos Humanos. O Serpaj é um dos exemplos destas entidades que, a partir de lutas baseadas na não-violência e na firmeza permanente, passaram a defender uma nova forma de atuação política.

A nível internacional, o I Encontro sobre Não-Violência na América Latina realizou-se em Montevideo, no Uruguai, em 1966, com a participação de representantes do Brasil, de Argentina e Uruguai.

O objetivo deste primeiro encontro foi discutir a fundação de uma entidade latino americana, coordenada por latinos, que se preocupasse com os problemas que afligiam a América e o seu povo. Através desta organização,

tornaria-se viável a possibilidade de uma verdadeira Integração Latino Americana. Para cumprir com estes objetivos, em 1975, realizou-se o I treinamento de não-violência, em Buenos Aires/Argentina, onde Adolfo Perez Esquivel foi eleito coordenador latino americano do SERPAJ.

Quanto à articulação da entidade no Brasil, destacamos dois encontros fundamentais: o primeiro foi em outubro de 1975, realizado na Pousadia do Ó, em São Paulo, com o objetivo de aprofundar a Não-Violência, tendo em vista a realidade brasileira; o segundo aconteceu em João Pessoa/Paraíba, que contou com a participação de 90 companheiros de diversos Estados do Brasil e de vários agrupamentos não-violentos. Nesta ocasião, foi decidida a fundação do SERPAJ/Brasil.

Em São Paulo, no dia 21 de abril de 1978, na sede da Câmara Brasileira do Livro, realizou-se a Assembleia de fundação da entidade, com a presença de 220 pessoas. Os objetivos da entidade eram a defesa dos Direitos Humanos (DHH) e o aperfeiçoamento pedagógico para a difusão da não-violência.

Nos dois primeiros anos, o SERPAJ assumiu seu papel de apoio às lutas populares e à difusão da

proposta de luta não-violenta através de palestras, conferências, encontros regionais e nacionais. O resultado de todo este esforço surgiu uma perspectiva de criação de núcleos não-violentos, espalhados pelo País. Já em 1979 existiam pequenos núcleos em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. A entidade cresce e começa a se fortalecer.

O resultado desta caminhada de formação de núcleos do Serpaj é a existência hoje de oito regionais: Norte I (região do Amazonas), Norte II (região do Pará), Nordeste I (Ceará e Piauí), Nordeste II (Paraíba e Pernambuco), Nordeste III (Bahia e Espírito Santo); São Paulo (São Paulo e Rio de Janeiro) e Sul (Rio Grande do Sul). O total de núcleos é de 52. Todos, aprovados na VIII Assembleia Nacional, realizada em julho de 1991.

Este é um relato muito breve da história do Serpaj. Pretendemos continuar ocupando esta página para relatar a caminhada da entidade, seus trabalhos, o fortalecimento de lutas concretas e o aprofundamento da proposta de ação direta não-violenta. Neste sentido, estamos abertos às contribuições de outras pessoas que estão juntas na construção das experiências não-violentas.

A não-violência ativa mais que uma ação política, é uma força interior que leva não só a uma ação política, mas também a uma atitude de vida nas suas diversas relações sociais.

Esta revolução integral significa mudanças radicais em todos os aspectos das relações sociais e suas estruturas. Estas mudanças também incluem transformações nas relações de poder. Gandhi dizia que "Em política, seu uso se baseia na máxima imutável de que governar o povo só é possível enquanto este consente, seja consciente, seja inconscientemente, em ser governado". Desta forma, todas as pessoas precisam ter muito claro que sem luta, sem exercício do poder, não há solução para os problemas. E todos têm responsabilidade participativa nestas questões. Para chegar-se a uma nova sociedade, faz-se necessário provocar e expressar os conflitos existentes. O conflito é um fenômeno da interação humana, tornando-se força impulsora das transformações desde que resolvido de forma criativa e justa. Através da exposição dos conflitos coloca-se à mostra as contradições pessoais vivenciadas por cada componente da sociedade e as contradições sociais desta mesma sociedade, necessitando-se utilizá-los como elementos importantes para o desenvolvimento da consciência crítica e solidária, do respeito às diferenças, do enfrentamento das desigualdades e da organização de lutas consecuentes.

A organização de ações que conduzam à transformações radicais, compreende, além de um plano estratégico definido, o desenvolvimento de uma mística.

Esta mística não significa apenas uma crença, mas sim uma força interior, vivenciada e renovada de diversas maneiras, que sustenta a esperança em um mundo melhor e impulsiona o desenvolvimento do

espírito corbativo e revolucionário. Porém, isto somente tem valor real se conduzir a ação concreta, dando sustentação para esta ação.

"...a revolução não-violenta, que também pretende a criação de uma sociedade sem classes, aponta não somente para a transformação das estruturas sociais e das instituições, mas também para a transformação das pessoas humanas..." (Lionel Colbere).

A) TRANSFORMAÇÕES PESSOAIS:

As pessoas estão impregnadas de sentimentos e hábitos anti-democráticos e anti-sociais, de onipotência, de competitividade e de individualismo. Para efetivarem-se rupturas com esta velha e viciada ordem social, faz-se necessário mudanças profundas nos conceitos e mecanismos que perpetuam em cada um a manutenção de desigualdades, preconceitos, falsos moralismos e práticas discriminatórias, incoerentes, verticalistas e injustas. Nenhuma nova sociedade pode ser criada quando seus componentes continuam repetindo os mesmos vícios

da velha sociedade. A nova sociedade somente será construída e terá continuidade se for composta de homens e de mulheres livres, conscientes e participativos.

B) TRANSFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS:

As instituições organizadas em uma sociedade capitalista reproduzem os mesmos instrumentos de manutenção desta sociedade. Assim, surge a necessidade de lutar pela mudança das instituições sociais, tornando-as democráticas e socializadas, onde os elementos de cada uma tenham participação em nível de igualdade, inclusive na tomada de decisões. Estas instituições (família, escola, igreja, o SERPAJ, partidos políticos, organizações populares e sindicais, etc.), precisam ser transformadas em mini sistemas de nova sociedade que corrompem a possibilidade de viver e atuar de forma distinta, através da igualdade em todas as instâncias das relações sociais.

C) TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS:

As estruturas opres-

Aprofundando a Prática da Não-Violência

soras têm papel fundamental na sustentação do capitalismo e seus mecanismos de exclusão. Por isso, precisam ser destruídas, construindo-se em seu lugar, estruturas justas. A organização da luta revolucionária para romper definitivamente com a ordem social estabelecida atualmente e construir um novo sistema social, precisa efetivar um projeto político composto de estratégias e objetivos que possuam coerência entre fins e meios e que tenham plena eficiência. Além disso, é de fundamental importância que o SERPAJ seja um instrumento impulsionador para a criação de organismos contra a hegemonia dominante, criador de alternativas de poder popular.

Neste projeto alternativo é necessário constar claramente a opção do SERPAJ/Brasil pela luta de construção do socialismo em nosso país. Temos clareza que este socialismo precisa ser coerente com nossa realidade, nossa cultura e nosso povo.

Texto extraído das Resoluções da VIII Assembleia Nacional do SERPAJ.

Solidariedade Latino Americana

A história dos povos de nosso continente é a história da luta pela sobrevivência, pelo direito à vida. E os povos, entendendo por povo não a massa mas sim a comunidade organizada, lutam pela força de seu convencimento, de sua organização, de seus protestos e de suas propostas.

Em meio às crises cada vez mais agudas que nos submerge o modelo econômico deste fim de século há: "poucos proprietários, muitos possuídos; poucos opinadores, muitos opinados; poucos desenvolvidos, muitos enrolados. Ao longo deste século, a brecha que separa os países pobres dos países ricos, multiplicou-se por cinco. O mundo de nossos dias é a obra prima de uma escola artística que podemos chamar de realismo capitalista. Em sua infinita generosidade o sistema nos outorga a liberdade de aceitá-lo ou não, mas 80% da humanidade estão proibidas de ingressar na sociedade de consumo. Pode-se vê-la por televisão, isto sim: "quem não consome coisas, consome fantasias de consumo" (Eduardo Galeano).

Em meio a esta realidade surge a esperança. Ela está nas mãos dos pobres, dos excluídos do sistema, dos marginalizados, da maioria que não pode estar de acordo com um modelo que não lhe interessa.

Esse povo é capaz de mobilizações, como a do Brasil, que provocou, num acontecimento sem precedentes, a deposição de um presidente eleito pelo povo, no qual havia depositado suas esperanças.

A denúncia com muita força, da corrupção em que participaram muitos atores sociais, teria sido impossível sem as mobilizações populares.

E é isso o que nós chamamos de não-violência ativa, a força de organização. Mas, para que esta luta seja mais clara e mais efetiva, se necessita que seja sistematizada e esclarecidas os elementos presentes mas não expressados. É preciso aprofundar a espiritualidade que anima, o desejo de verdade, a justiça e a alegria que a inunda.

Para ser eficaz, a luta deve comprovar sua força e alimentar-se de experiências similares de outras partes do país e do mundo.

Isso é o trabalho que realiza o SERPAJ e que é a causa da construção de um Brasil mais justo, solidário, alegre e criativo, não somente em palavras mas também em ações.

Tarefa que supõe trabalhar na educação para a Paz e os direitos humanos dos povos, na organização popular, na crítica ao militarismo, na indústria do medo que esta gera e contra o serviço militar, que é alimento da sociedade militarizada.

Não deve-se somente denunciar, mas também gerar alternativas, em união com todos aqueles que têm os mesmos objetivos.

Neste aniversário do SERPAJ/Brasil, desde a condenação latinoamericana e em união com os demais secretariados de 10 países da América Latina, nós expressamos alegria por este acontecimento e nosso compromisso em trabalhar unidos em parte dolorosa e de esperança num mundo novo.

Nelsa Curbelo
P/ Coordenação Latinoamericana



Movimento dos Sem Terra Parabeniza o Serpaj

Parabenizamos pelos 15 anos de marcante presença do SERPAJ na luta em defesa dos direitos humanos no Brasil.

Infelizmente, em nosso país não são raras as vezes em que os direitos mais elementares são violados. Desde a ditadura militar, com os casos de torturas, prisões arbitrárias, assassinatos e desaparecimento de corpos; até os dias de hoje, com um governo neoliberal, responsável pelo aumento da pobreza, marginalização de milhares de rua e proliferação de execuções sumárias, o SERPAJ Brasil sempre marcou presença, tornando-se uma viva esperança para os injusticados.

Em nossa luta específica pela reforma agrária, nós do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, inúmeras vezes recorremos ao auxílio do Serpaj para fazer frente à violência do latifúndio. Os assassinatos de lideranças dos trabalhadores rurais, de advogados, de padres, de freiras e de agentes pastorais, por causa de conflitos fundiários, sempre mereceram atenção especial e apoio dos companheiros do

SERPAJ para que a justiça fosse restabelecida.

A violência ocorrida nos últimos despejos de famílias acampadas (feitos, muitas vezes, pela polícia militar em conluio com os fazendeiros e seus pistoleiros) e a manutenção de prisões ilegais de trabalhadores (demonstrando a submissão de certos juizes ao poder dos latifundiários), exemplificam as situações de injustiça no meio rural. Situações que só são coibidas com a mobilização da sociedade. Aí reside a importância do trabalho desenvolvido pelo SERPAJ.

Esperamos que, ao comemorar seu 15º aniversário, o SERPAJ se fortaleça ainda mais para dar continuidade ao seu trabalho em defesa dos direitos humanos e por um Brasil mais justo, fraterno e democrático. As conquistas obtidas, bastante significativas, certamente servirão de incentivo a cada companheira e do companheiro que fazem o SERPAJ no seu dia-a-dia.

Egídio Brunetto
P/ Direção Nacional

Direitos Humanos

O evento mais importante do ano em relação aos direitos humanos será a realização da Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, no mês de junho. Na ocasião, representantes de todos os povos manifestarão suas propostas para o estabelecimento de uma ordem social, econômica e política justa, democrática, pluralista e participativa que assegure a vigência plena e efetiva dos direitos humanos.

Militantes de movimentos populares e de ONGs da América Latina e do Caribe reuniram-se em janeiro passado em San José, na Costa Rica, num encontro preparatório à Conferência Mundial de Direitos Humanos. No final, divulgaram um documento com suas análises e propostas.

As ditaduras que ainda restam no continente são denunciadas, como a do Peru e a do Haiti. Também foi criticado o bloqueio imposto ao povo cubano pelos EUA.

No documento da Costa Rica, é reivindicado que todos os povos tenham seus direitos humanos — civis, políticos, econômicos, ambientais, sociais, culturais e autodeterminação — respeitados. São direitos consagrados pela Declaração Universal da Humanidade e demais instrumentos internacionais.

A vigência efetiva dos direitos humanos somente é possível sob regime democrático, que tenha como bases fundamentais a justiça socio-econômica, o pluralismo político, o respeito à diversidade étnica e a eliminação de todas as formas de discriminação, de subordinação e de exploração.

No documento também é citado um trecho da Declaração de Teherã, adotada na Conferência Mundial de Direitos Humanos de 1968, que diz: "A crescente disparidade entre países economicamente desenvolvidos e os países em desenvolvimento impede a realização dos direitos humanos na comunidade internacional... por isso se faz necessário que cada País, em particular os Países desenvolvidos, procurem por todos os meios eliminar essa disparidade..."

DEMOCRACIA NO PERU

O Instituto de Defesa Legal do Peru faz uma análise da Democracia no ano de 1992. Em Editorial da publicação nº 67 faz uma avaliação da fragilidade da Democracia e dos Direitos humanos no Peru.

A democracia, como doutrina, constitui sempre um dos pré-requisitos fundamentais para a vigência plena dos direitos humanos. Na prática, contudo, estamos acostumados em anunciá-la, mas não em vivê-la. A partir do movimento de direitos humanos, ressaltamos fundamentalmente suas formas sociais de participação e horizontalidade no interior da organização popular.

A democracia, como sistema político em mudança, é limitada em muitos casos às "conquistas" conseguidas no seu interior, mas sem identificá-las plenamente com o regime que a sustenta. Essa visão de democracia não nos permitiu valorizar suficientemente o funcionamento das instituições e os sistemas ordenados de leis, que são próprios de um Estado de Direito.

Os acontecimentos posteriores a 15 de abril, contudo, nos levam a pensar melhor o tipo de democracia que queremos para nosso país. Todo o avanço em temas de democracia social esteve em perigo ao continuar a existência de um regime político híbrido que proclama as

liberdades básicas e convoca as eleições, enquanto destrói as instituições democráticas e cria um corpo legal violador de direitos e garantias fundamentais, sob pretexto da luta contra-subversiva.

Enquanto o direito de participação nas decisões parecia ter sido hipotecado em favor de um exercício autoritário do poder, nos perguntamos até onde é possível hoje, garantir um funcionamento autônomo e fiscalizador das instituições democráticas (Poder Judiciário, Parlamento etc.) e um reconhecimento pleno dos direitos humanos fundamentais de todo o cidadão?

A propósito, é necessário assinalar que o Congresso Constituinte Democrático em suas primeiras sessões tem dado, lamentavelmente, mostra de uma total submissão ao regime de fato. O reconhecimento de Fujimori como "Presidente Constitucional", a ratificação dos decretos leis expedidos por este e a nomeação do Presidente do Congresso (COT) como vice-Presidente da República; seriam sérias dúvidas sobre o restabe-

lecimento do equilíbrio de poderes como sustento de qualquer regime democrático.

Desta maneira, pode-se chegar ao extremo de que a nova Constituição seja escrita fora do COT, mas aprovada dentro dele. Quer dizer, uma Constituição feita à medida de Fujimori: pena de morte, reeleição presidencial, eliminação de direitos sociais, amplas faculdades presidenciais, etc.

O que está em jogo a partir da perspectiva dos direitos humanos, neste contexto, é a luta por um regime democrático; que não só permita o desenvolvimento das organizações sociais, senão que garanta aos seus cidadãos a existência dos direitos e liberdades básicas assim como o respeito pela autonomia e funcionamento das instituições do Estado. Ele supõe para o movimento de direitos humanos, a necessidade de revalorizar hoje mais do que nunca a democracia como um sistema insubstituível para a vigência dos direitos humanos. Identificar-nos plenamente com ele constitui o primeiro passo para enfrentar a consolidação do autoritarismo em seu país.

Panamá

Não à intervenção dos EUA

Os resultados do plebiscito realizado no dia 15 de novembro DE 1992, no Panamá, foram significativos. De um lado, houve um alto grau de abstenções (aproximadamente 50%) e por outro a vitória do Não (57% dos votos), que, sem dúvida, implica numa rejeição à política do governo, imposto pelos Estados Unidos, após a invasão em 1989. Foram rejeitadas 58 reformas constitucionais apresentadas e os objetivos que se pretendiam com estas, especialmente a eliminação do exército, uma das mais conflituosas reformas.



As Reformas eliminariam o conceito de Defesa Nacional e criariam a Força Pública, fazendo o Estado renunciar juridicamente do seu papel de defesa da integridade territorial e da segurança nacional.

Frente a isto vem a pergunta: a quem compete a defesa do Estado Panamenho? Renunciando à sua função de defesa do país o Panamá abriria as portas a outra nação para

cumprir com este objetivo, conforme declarou a embaixada norte-americana. Sabemos da presença do exército dos EUA no Panamá e do seu controle do Canal.

Em poucas palavras, significaria interferência direta dos EUA neste Estado, em defesa de interesses imperialistas e livre para manobras militares na região. Felizmente o povo disse não a esta política de submissão aos ditames dos EUA.

Regional NEI Avalia Caminhada de 1992

Os 5 grupos do regional Nordeste I realizaram atividades diversas no campo da educação e conscientização popular.

A Campanha pelo Desarmamento foi assumida praticamente por todos, de maneira a construir uma nova opinião junto à população sobre as causas da violência.

A Educação para a Paz, dentro e fora das escolas foi uma das metas atingidas pelos militantes não-violentos.

Foram ocupados os espaços da escola do Serpaj em Geribá, escolas públicas em Fortaleza, a Faculdade de Quixadá com palestras sobre o militarismo e associações de moradores.

O tema dos 500 anos de história da América latina foi bastante discutido. Aconteceram estudos, discussões, palestras e retiros místicos.

Na perspectiva da

luta conjunta com a organização popular o Serpaj apoiou a luta das 120 famílias pela urbanização de uma área conquistada. Houve também trabalhos sobre questões como saneamento básico, coleta de lixo e campanha contra poluição.

Na avaliação do regional Nordeste I o Serpaj falhou quanto à comunicação entre grupos e coordenação regional. Faltam manifestos do regional sobre temas importantes como, por exemplo, a ecologia.

Por motivos geográficos, os grupos deste regional estão isolados uns dos outros, o que inviabiliza melhor articulação e formação.

Como aspectos positivos destacaram-se as visitas de coordenação regional aos seus grupos, a realização dos programas de formação e a presença constante nos manifestos e trabalhos populares.



Contribuição do Serpaj à Comunidade do Pedregal/GO

O SERPAJ/ Núcleo Pedregal situa-se no Município de Luziânia GO e faz parte do entorno sul do DF. Foi fundado em 1987 por jovens católicos que sentiam a necessidade de fazerem um trabalho que fugisse do domínio e dos interesses da igreja exercidos sobre o movimento jovem.

Os jovens interessaram-se prontamente em formar um grupo do SERPAJ a convite de Ivone Maria Pessoa do Regional Sul do SERPAJ.

O grupo começou seu trabalho com encontros de formação e sentindo dificuldades em fazer um trabalho concreto. Depois de várias lutas junto aos movimentos organizados da comunidade, já conseguiu

construir sua sede em regime de mutirão, faz campanhas pelo desarmamento, luta pelo ensino noturno, discussão de um projeto de alfabetização aprovado pela Câmara Legislativa de Luziânia em 1991. É responsável pelo único trabalho de alfabetização de adultos existente no município se estendendo até Santa Maria-DF. Atualmente discute com outros movimentos a preparação de um seminário contra a violência.

O grupo tem como meta na alfabetização de jovens e adultos resgatar o senso de cidadania, suscitando o interesse pela luta por melhores condições de vida, principalmente, nas invasões existentes no local.

Apelo às Escolas

Por causa da inflação não podemos viver como pessoas dignas. Mal temos o que colocar na mesa todos dias. Os miseráveis então nem se fala.

As escolas particulares contribuem com nossa fome, quando na lista de materiais colocam sobre nossos ombros uma carga pesada de livros e coisas desnecessárias ao estudo.

Pedimos que nos ajudem na formação de nossos filhos, sem exigir tanto, pois a educação pode ser dada até com material "sucata".

Pedimos às escolas que não ajudem a enriquecer as editoras e livrarias, mas sim, a educar crianças para o futuro, futuro melhor.

Carta de Naide Dantas
Fortaleza/CE

A seca no Ceará

A seca no Ceará é muito triste, pois não oferece condições de trabalho na lavoura, que é a base para a alimentação do povo. Não há na região outros meios de emprego. Sem a chuva, as florestas e os animais morrem por falta de água. Isto faz surgir um grande número de pedintes e de mortalidade infantil. Os preços dos alimentos são altos demais, surgindo na região sofrimento e doenças. Os pobres saem de porta em porta mendigando o pão de cada dia. Sem condições de comer, o aumentando dos assaltos é a única alternativa que resta para os pobres.

Carta de Iraci
Crato/CE

Conferência Latino America e Caribenha de Mulheres

O Serpaj/Brasil participou da primeira Conferência Latinoamericana de Mulheres, realizada de 14 a 19 de fevereiro de 1993, em São Paulo. O evento foi promovido pelo Serviço à Mulher Marginalizada, FAI (Federação Abolicionista Internacional) e BICE (Oficina Internacional Católica da Infância) com o apoio de organizações sindicais, ONGs e pastorais da Igreja, teve como tema central: Violência-Poder-Escravidão Sexual: Mulheres e Crianças são as principais vítimas.

A prostituição e o tráfico de mulheres, meninos e meninas dos países da América Latina e Caribe, como também a exploração dos países do 1o. mundo que fazem tráfico e prostituição de pessoas dos países do 3o. mundo foram os temas mais discutidos.

Representantes brasileiras de entidades da Suíça relataram como se dá o tráfico das mulheres que são transportadas do Brasil e de outros países por agências suíças. Estas pagam a sua passagem e fazem promessas de que vão casar-se com homens ricos, ter uma casa com diversos eletrodomésticos e um bom poder aquisitivo. Elas partem com a intenção de melhorar a vida e ajudar a família. Mas, seu sonho começa a desfazer-se quando chegam no aeroporto e não têm o valor em dólar necessário para ficar no país como turistas, têm a dificuldade com o idioma, e muitas são deportadas no primeiro avião.

As mulheres que conseguem ficar no país são levadas à prostituição e obrigadas a dançar, prostituir-se e a vender bebidas para pagar a passagem, a estadia, a alimentação, etc. Ou seja, todas tornam-se escravas das redes de boates que



negociam as mulheres entre si, pois não é lucrativo ficar com a mesma mulher durante muito tempo, porque os clientes querem novas atrações. Algumas mulheres conseguem casar-se, geralmente, com homens drogados ou alcohólatras que são sustentados por elas, que não conseguem empregos por serem estrangeiras e continuam como prostitutas.

No Brasil, a situação é de extrema miséria. As crianças são jogadas na rua desde pequenas e sua batalha pela sobrevivência inicia aproximadamente aos sete anos, quando começam a prostituir-se, a roubar, a beber, a drogar-se e a sofrer a violência e a exploração dos proxenetas, chefes de quadrilhas e da polícia. Poucas destas meninas e meninos chegam aos vinte anos de idade, os que chegam aparentam bem mais idade do que realmente possuem e são pessoas amargas e desiludidas.

Existem muitas organizações sociais que procuram reconstruir a condição de ser humano destas pessoas, que têm todos os seus direitos violados. A partir de uma nova consciência, possibilita-se

que elas organizem-se em grupos e em associações para a defesa de seus direitos e deveres da cidadania que lhes foi negada.

Uma das conclusões da Conferência é a de que as dificuldades em relação ao trabalho da mulher e da criança são sociais, políticas, econômicas, psicológicas, culturais, sendo assim, são abrangentes e carecem de muito trabalho e investimento.

A organização das mulheres, sua tomada de consciência e a briga pelo seus direitos são fatos que devem ser registrados e aperfeiçoados por todas as pessoas que acreditam e constroem os horizontes da nova sociedade.

Maria da Penha Félix

O SERPAJ/Brasil é membro do SERPAJ/América Latina, que mantém relações com UNESCO (Categoria C) e é um Organismo Consultivo (Status II) do Conselho Econômico e Social da ONU.

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO: Maria da Glória Nascimento; Maria da Penha Félix da Silva; Norberto Chasin; Nelsa Curbelo; Naldin Brunetto; Vani; Naldo Dantas; Angela Stenguerlin.
REVISÃO JORNALÍSTICA: Teda Maria Cavalcante
APOIO: AEC do Brasil DESENHOS: Antônio Nascimento Ribeiro



SERPAJ

SERVIÇO PAZ E JUSTIÇA

SDS-Ed. Venâncio V
Sala 313
Telefax: (061) 225 8738
70393-900, Brasília, DF

SERPAJ/ARGENTINA
PIEDRAS 730
3347000 (00541)
005410015745
ARGENTINA



4-1022-12
F-26189

Impresso